

PROJETO PROPOSTA DE MUDANÇA OCORRE EM MEIO A PROCESSO JUDICIAL QUE PODE TRAVAR REPASSES A EQUIPES COM PERFIL PROFISSIONAL

FUNDO DE ESPORTES DEVE SER ALTERADO

Em meio a questionamentos do MP na Justiça, governo Felício quer revogar lei de 1994 que instituiu Fadenp e criar novo fundo para financiar equipes esportivas de alto rendimento

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

Julio Codazzi
@juliocodazzi



O governo Felício Ramuth (PSDB) enviou à Câmara um projeto que extingue o Fadenp (Fundo de Apoio ao Desporto Não Profissional), cuja aplicação é questionada pelo Ministério Público na Justiça, e cria outro fundo para substituí-lo, o Fadej (Fundo de Apoio ao Desporto Joseense).

O texto deve ser apreciado pelos vereadores a partir de agosto, quando termina o recesso parlamentar.

As principais mudanças entre o Fadenp e o Fadej seriam: a ampliação de sete para 10 no número de conselheiros do fundo; e alterações na forma de pagamento aos atletas - apenas os de até 20 anos continuariam a receber bolsa-auxílio, enquanto os demais passariam a receber a título de remuneração.

Caso a proposta seja aprovada, haverá uma ampliação do teto de repasses aos esportistas. Pelas regras atuais, os atletas de formação recebem bolsa de R\$ 850 por mês. Esse montante passaria a ser de até três salários mínimos (atualmente, isso seria R\$ 3.490,65). Para atletas adultos, o teto hoje é de R\$ 5.400. Na nova regra, seriam duas categorias: de até três salários mínimos, para atletas de esportes individuais; e de até seis salários mínimos (R\$ 6.981,30) para atletas vinculados a equipes esportivas.

PROCESSO.

Desde junho de 2019, o MP questiona na Justiça a destinação de verbas do Fadenp. Para a Promotoria, o fundo criado em 1994 tem sido utilizado para fazer repasses a equipes esportivas com perfil profissional, o que seria ilegal.



Divulgação/São José Vôlei



Câmara. Projeto deve ser analisado a partir de agosto



TJ. Decisão proíbe repasse para equipes profissionais

Desde agosto de 2019, por decisão da Justiça de São José, a equipe de vôlei está sem receber recursos do município. Em dezembro daquele ano, o Tribunal de Justiça decidiu ampliar a proibição a todas as equipes esportivas com perfil profissional.

Desde então, o governo Fe-

licio alega que, com base nos critérios estabelecidos pela Lei Pelé, de 1998, todas as equipes que recebiam recursos do Fadenp eram consideradas não-profissionais. Por isso, apenas o time de vôlei, que é citado expressamente na decisão judicial, segue sem receber dinheiro público. ■

Desmanche. Sem repasse do Fadenp, equipe de vôlei acabou

JUSTIÇA

PROCESSO
Desde junho de 2019, MP questiona na Justiça os repasses do Fadenp a equipes esportivas com perfil profissional.

DECISÃO
Desde agosto de 2019, por decisão da Justiça de São José, a equipe de vôlei está sem receber recursos do município.

AMPLIAÇÃO
Em dezembro daquele ano, o Tribunal de Justiça decidiu ampliar a proibição a todas as equipes esportivas com perfil profissional.

ALEGAÇÃO
O governo Felício alega que a Lei Pelé, de 1998, permite considerar as equipes como não-profissionais. Por isso, apenas os repasses ao vôlei seguem suspensos.

IMPACTO

Para Prefeitura, mudança na lei liberaria repasses para todas as equipes da cidade

PAUTA. À reportagem, o governo Felício alegou que a mudança busca "ajustar o modelo de financiamento do fomento as atividades desportivas ao que determina a Lei Pelé e ao en-

tendimento do Ministério Público sobre esse tema". Para a gestão tucana, com a mudança na lei, o processo judicial poderá ser extinto e a equipe de vôlei poderá voltar a receber repasses. ■

5,36

MILHÕES DE REAIS

é o montante estimado para despesas com projetos esportivos no orçamento da Prefeitura em 2021